

Intervenção do Primeiro-Ministro José Sócrates na Assembleia da República (Lisboa, 27 Junho 2007)

Source: Apresentação do Programa da Presidência Portuguesa da União Europeia, Intervenção do Primeiro-Ministro, Eng.º José Sócrates. Lisbonne: Présidence portugaise du Conseil de l'Union européenne, 27.06.2007. 13 p.

<http://www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/2A0909A6-1C8D-408E-85F2-5A02403812EF/0/DebateMensalProgPresidenciaportuguesa270607.pdf>.

Copyright: www.ue2007.pt

URL:

http://www.cvce.eu/obj/intervencao_do_primeiro_ministro_jose_socrates_na_assembleia_da_republica_lisboa_27_junho_2007-pt-160cb0aa-055b-4073-95c7-12c80a9c8cd7.html

Publication date: 06/09/2012

Apresentação do Programa da Presidência Portuguesa da União Europeia – Intervenção do Primeiro-Ministro, Eng. José Sócrates (27 de Junho de 2007)

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

1. Uma Presidência para uma Europa mais forte

É já a partir do próximo domingo que Portugal assume a presidência da União Europeia. Esta é a ocasião para **Portugal reafirmar aquele que é o seu compromisso firme com o projecto de construção europeia.**

Sabemos bem que os interesses de Portugal se jogam na construção da Europa. Pertencemos a uma geração de políticos e de cidadãos que já nasceu com o projecto europeu e que continua a considerá-lo como um dos projectos mais importantes e mais generosos, não apenas para a Europa, mas para o Mundo. **Quero, por isso, assumir aqui a ideia-força que orienta a presidência portuguesa da União Europeia: uma Europa mais forte para um Mundo melhor.**

Queremos uma Europa que vença os impasses que lhe têm estado a encurtar os passos. Uma Europa que seja capaz de enfrentar os desafios globais e que aproveite as oportunidades destes tempos de mudança. Uma Europa que saiba construir novas pontes de diálogo e que seja uma voz mais presente e mais decisiva num Mundo que precisa de estabilidade, de justiça e de desenvolvimento.

A presidência portuguesa articula-se, por isso, em torno de três eixos fundamentais: a reforma dos Tratados; uma agenda de modernização das economias e das sociedades europeias e o reforço do papel da Europa no Mundo.

2. A reforma dos Tratados

O principal desafio consiste, evidentemente, em retomar o processo de reforma dos Tratados. O acordo alcançado no último Conselho Europeu traduziu-se num mandato claro e preciso como sempre Portugal considerou necessário.

Por isso, decidi convocar a Conferência Intergovernamental, que terá o seu início no próximo dia 23 de Julho, à margem do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da União. O nosso objectivo é claro: não perder a dinâmica do acordo alcançado em Bruxelas e aprovar o mais depressa possível um novo Tratado para a União Europeia.

O mandato adoptado pelo Conselho Europeu introduz **uma mudança muito relevante: a natureza do Tratado que será objecto de negociação mudou.** Com efeito, **abandonou-se a perspectiva de adoptar um Tratado Constitucional** e retoma-se a tradição das emendas aos Tratados existentes. **O novo Tratado será, pois, mais um Tratado internacional, sem natureza constitucional e sem pretender substituir em bloco os Tratados em vigor.**

Por outro lado, **o mandato permite preservar o equilíbrio institucional anteriormente acordado,** alterando apenas a data da entrada em vigor da denominada dupla ponderação dos votos no Conselho (que fica protelada para 2014, com um período de transição até 2017). A este equilíbrio acresce um reforço das condições de aplicação de denominado “Compromisso de Ioannina”, de modo a melhor salvaguardar a posição de minorias expressivas nas votações no Conselho de Ministros.

Nos termos do mandato conferido **é também abolida a estrutura de pilares da União Europeia,** consagrando-se uma personalidade jurídica única, naquilo que é uma simplificação assinalável.

Sem embargo, **persistem processos de decisão próprios em matéria de Política Externa e de Segurança Comum;** recupera-se, integralmente, o mecanismo da cooperação estruturada em matéria de Defesa, e **confia-se ao Alto Representante da União para a Política Externa e de Segurança (já não Ministro dos**

Negócios Estrangeiros) a condição de Vice-Presidente da Comissão Europeia e a responsabilidade de presidir ao Conselho de Ministros das Relações Externas.

No plano da cidadania europeia, **o mandato adoptado preserva o reconhecimento do valor jurídico da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**, com a excepção atinente à sua aplicação jurisdicional no Reino Unido. E não é demais salientar que adoptar uma Declaração de Direitos Fundamentais com tal valor jurídico e que coloca em pé de igualdade os direitos civis e políticos e os direitos económicos, sociais e culturais, corresponde não apenas a um reforço da base da cidadania europeia mas também à afirmação dos nossos valores civilizacionais, comuns à identidade de todos os europeus.

Mas **quero salientar uma inovação importante deste mandato: o reforço do papel dos Parlamentos Nacionais no controlo do respeito pelo princípio da subsidiariedade por parte das instituições europeias**. Trata-se de um mecanismo de natureza preventiva que prevê que quando metade dos Parlamentos Nacionais suscitarem objecções a uma iniciativa da Comissão com fundamento na violação do princípio da subsidiariedade, tal obrigará o Conselho e o Parlamento Europeu a expressamente deliberarem sobre a manutenção dessa proposta ou sobre a sua retirada. Os Parlamentos nacionais sairão reforçados do tratado que vamos preparar.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Um mandato não é um Tratado. Com este mandato a Europa escolheu o caminho. Mas falta percorrê-lo. O que temos pela frente é um trabalho exigente, intenso e complexo. Cabe-nos acabar esta tarefa. E não tenho ilusões: haverá sempre necessidade de negociação e de concertação – e devemos estar preparados para os problemas que podem surgir e que tantas vezes se manifestam na recta final dos processos negociais. Mas **partimos com confiança. Estamos preparados para conduzir os trabalhos da Conferência Intergovernamental de modo a obter um novo Tratado para a Europa, à altura dos novos tempos.**

3. Uma Agenda de modernização da economia e da sociedade europeia

Mas a reforma dos Tratados é apenas uma parte, embora uma parte importante, da nossa tarefa. A Europa precisa de investir mais numa agenda de modernização. **A “Estratégia de Lisboa” estará, de novo, no centro das nossas preocupações. O que vamos fazer é contribuir activamente para um novo ciclo da Agenda de Lisboa**, que será aprovado na Primavera de 2008, durante a presidência Eslovena. Mas prepararemos esse novo ciclo mantendo o equilíbrio entre as três componentes daquela Agenda: a económica, a social e a ambiental.

Por outro lado, **lançaremos o debate sobre um plano de acção tecnológico em matéria de energia, com especial destaque para a eficiência energética**, e sublinharemos o papel dos bio-combustíveis, muito em especial no quadro da relação que pretendemos aprofundar entre a União Europeia e o Brasil. Do mesmo modo, prosseguiremos a preparação da posição da União na conferência destinada a debater o **quadro de referência pós-Quito**.

Colocaremos ainda na agenda europeia o tema da **escassez de água** e das situações de **seca** e relançaremos o debate para a construção das bases para uma efectiva **política marítima europeia**.

Queremos, também, **dar à dimensão social da “Estratégia de Lisboa” a relevância e a visibilidade que merece**. Agora que passam dez anos sobre o lançamento da “Estratégia Europeia do Emprego”, é tempo de promover o debate sobre as melhores formas de **coordenação das políticas de emprego, tendo em vista potenciar a criação de postos de trabalho sustentáveis no actual quadro de competição global**. Esta linha de acção da presidência portuguesa será estreitamente articulada com a qualificação dos recursos humanos, a conciliação do trabalho com a vida familiar, a luta contra a pobreza e, ainda, com o debate sobre a denominada **“flexigurança”**, que está na agenda europeia. Este debate deverá nortear-se pela procura de soluções integradas e equilibradas, buscando tradução prática em princípios gerais e comuns a nível europeu, que tenham em conta a diversidade das realidades sociais nos diferentes Estados-membros da

União.

O reforço da cooperação policial e judiciária na luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada estará também na nossa agenda. Mas as exigências de segurança não podem desvirtuar a natureza aberta e tolerante das nossas sociedades. Foi Portugal que propôs, e foi uma empresa portuguesa que concebeu, a solução tecnológica (SIS-ONE4ALL) para que os novos Estados-membros possam aderir plenamente ao espaço Schengen e para que as fronteiras com esses países possam desaparecer no final da presidência portuguesa, cumprindo, assim, um dos maiores anseios europeus, que é a livre circulação das pessoas.

4. O reforço do papel da Europa no Mundo

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

O actual momento internacional impõe especiais responsabilidades à União Europeia. A Europa precisa de ter um protagonismo mais activo na cena internacional.

Neste segundo semestre de 2007 convergem decisões inadiáveis sobre questões delicadas da agenda global (futuro do Kosovo; dossier nuclear do Irão; crise humanitária no Darfur...) **com um conjunto de Cimeiras bilaterais particularmente relevantes: Índia, China, Rússia e Ucrânia.** O relacionamento com os Estados Unidos será também objecto de acompanhamento empenhado no quadro da relevância estratégica da **relação transatlântica.**

Mas há três iniciativas no domínio da política externa europeia em que a presidência portuguesa quer deixar a sua marca: a Cimeira com o Brasil, as conferências Euromediterrânicas e a Cimeira com África.

Por opção portuguesa, a nossa presidência começará com uma nova cimeira da União: a cimeira com o Brasil. Esta será, seguramente, uma marca muito impressiva que deixaremos na política externa da União e que dará coerência ao relacionamento da Europa com as potências económicas emergentes. A Europa já tem cimeiras anuais com a China, com a Índia e com a Rússia. Passará, a partir de agora, a partir da presidência portuguesa, a ter cimeiras também com o Brasil. Com esta iniciativa, Portugal dá o seu contributo específico para enriquecer a política externa europeia, promovendo um relacionamento formal mutuamente benéfico para o Brasil e para a Europa.

As **Conferências EUROMED**, por seu turno, inserem-se na prioridade que decidimos atribuir à cooperação com o Sul, no quadro do Processo de Barcelona e da Nova Política de Vizinhança, e sublinham o valor que atribuímos ao **relançamento de um debate político de fundo com os nossos parceiros da orla sul do Mediterrâneo, em particular nos domínios do desenvolvimento e das migrações.**

Quero, finalmente, sublinhar aquela que será uma iniciativa maior da nossa presidência: **Portugal propõe-se realizar em Dezembro a segunda Cimeira entre a União Europeia e a África.** Há sete anos que a Europa não tem um diálogo institucional estruturado com África – o que é uma lacuna incompreensível na política externa europeia. Se há País que não se pode resignar a esta situação e que tudo fará para a ultrapassar, esse País é Portugal. Já estivemos na base da primeira e última Cimeira, no Cairo, em 2000 e queremos estar, de novo, na base de uma nova parceria estratégica entre a Europa e África, tendo em vista os objectivos do desenvolvimento sustentável, da paz, do combate às doenças endémicas e de uma gestão equilibrada e mutuamente vantajosa dos fluxos migratórios.

5. Construir consensos para fazer avançar o projecto europeu

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Temos consciência de que assumimos a presidência num momento delicado da conjuntura internacional e

que estamos perante impasses e bloqueamentos que há demasiado tempo persistem na Europa. Esta presidência vai exigir da nossa parte rigor, profissionalismo e disciplina. As presidências, por si só, não resolvem todos os problemas, mas podem fazer a diferença - se assumirem objectivos claros, humildade na forma de os prosseguir e vontade de enfrentar os problemas, promovendo os indispensáveis consensos entre todos os Estados-membros para fazer avançar o projecto europeu.

Essa é a nossa firme intenção. Manteremos um relacionamento permanente com o Parlamento Europeu e contamos com a colaboração estreita da Comissão e, em especial, do seu presidente, Durão Barroso. Poderemos contar, também, com o apoio do Alto Representante para a Política Externa, Javier Solana. E não duvido da vontade e do empenhamento de todos os nossos parceiros europeus.

Confio, sobretudo, na qualidade e no profissionalismo da nossa diplomacia e de todos os técnicos que, aos diversos níveis, assumirão as responsabilidades da presidência. E, sobretudo, sei que posso contar com o apoio dos portugueses, para quem o projecto europeu sempre representou um objectivo político maior, assente num largo consenso nacional.